



EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: NAVEGAÇÕES EM MANAUS E NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Bianca Doza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

bdoza99@gmail.com

Nestor André Kaercher

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

nestorandrek@gmail.com

RESUMO – Nessa produção textual, apresentamos os resultados iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento sobre as escolas ribeirinhas de Manaus, tendo a Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, como estudo de caso. Nosso objetivo é contextualizar o acesso ao ensino fundamental nessas instituições no município e verificar como o tempo cíclico interfere na escola da comunidade. Para isso, realizamos mapeamentos para mostrar onde estão e como estão distribuídos os elementos que modificam o cotidiano dos estudantes, tais como a localização das escolas, a proximidade com o rio, as estradas e a área urbana de Manaus. Os gráficos, por sua vez, mostraram a dinâmica do êxodo rural no município e a taxa de abandono na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento. A partir desses dados, é possível relacionar as escalas municipal e comunitária não só no mapa, mas na compreensão do funcionamento do ensino fundamental, bem como traçar aproximações e distanciamentos com outras realidades, identificando particularidades dentro do processo geral de escolarização. Dessa forma, foi possível elencar algumas condições espaços-temporais específicas do lugar na escala municipal e comunitária que atravessam os cotidianos dos estudantes, interferindo na ação corriqueira de ir à escola.

Palavras-chave: Educação do Campo; Amazônia Ribeirinha; Escola Ribeirinha.

RURAL EDUCATION IN THE RIVERSIDE AMAZON: NAVIGATIONS IN MANAUS AND IN THE RIVERSIDE COMMUNITY NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

ABSTRACT – In this textual production, we present the initial results of an ongoing master's degree research on riverside schools in Manaus, with the Municipal School José Sobreira do Nascimento, in the Nossa Senhora de Fátima Community, as a case study so far. Our objective is to contextualize access to elementary education in these institutions in the municipality and verify how cyclical time interferes in the community's school. To do this, we carried out mappings to show where the elements that modify students' daily lives are and how they are distributed, such as the location of schools, proximity to the river, roads and the urban area of Manaus. The graphs, in turn, showed the dynamics of the rural exodus in the municipality and the dropout rate at the José Sobreira do Nascimento Municipal School. From these data, it is possible to relate the municipal and community scales not only on the map, but in understanding the functioning of elementary education, as well as tracing similarities and distances with other realities, identifying particularities within the general schooling process. In this way, it was possible to list some specific space-time conditions of the place on a municipal and community scale that permeate the students' daily lives, interfering with the everyday action of going to school.

Keywords: Rural Education; Riverside Amazon; Riverside School.

INTRODUÇÃO

Começamos nossa viagem pelo título: qual a diferença entre educação no campo e do campo? Tal distinção é essencialmente geográfica! A princípio, pode parecer que o único fator geográfico é a localização. Afinal, a educação no campo limita-se possibilitar às pessoas das áreas rurais acessarem a escola.

Apesar da relevância, a educação do campo exige ainda o reconhecimento das particularidades no ensinar-aprender em espaços rurais. O aspecto geográfico encontra-se justamente na segunda acepção. Na educação do campo, encontramos a escolarização, fenômeno global, tomando forma, sendo modificada e modificando o território onde pousa.

O território em questão é o município de Manaus e a Comunidade Nossa Senhora de Fátima. Diante desses recortes, o texto apresenta a análise do levantamento de dados acerca das escolas do município e da comunidade.

Diante dessa temática, nosso objetivo é contextualizar o acesso ao ensino fundamental nas escolas ribeirinhas de Manaus. Além disso, buscamos verificar como o tempo cíclico interfere no cotidiano da Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, na Comunidade Nossa Senhora de Fátima.

Na ação cotidiana de ir à escola, os estudantes usam, criam, imaginam espaços a partir das formas preexistentes e projetando outras formas e caminhos, especialmente nas mudanças causadas pela cheia e vazante. Assim, é possível compreender as condições espaço-temporais do acesso à educação na Amazônia ribeirinha a partir dessa parte do cotidiano.

Para navegarmos nesse tema, o texto divide-se em dois momentos. No primeiro, explicamos de qual Amazônia estamos falando e os padrões espaço-temporais que garantem o acesso ao ensino final em contextos rurais de Manaus.

Em seguida, buscamos na escala comunitária um estudo de caso para verificar as particularidades na realização dos fenômenos gerais, com ênfase na relação entre a taxa de abandono e as oscilações do rio. Com isso, pretendemos relacionar o “onde” presente nas particularidades municipais e comunitárias com o “quando” das séries históricas dos dados.

Dessa forma, verificamos como essa ação comum e geral de ir à escola se realiza no espaço-tempo amazônico de Manaus e da Comunidade Nossa Senhora de Fátima. Para isso, percorremos as seguintes etapas metodológicas.

METODOLOGIA

Para situar o leitor a respeito da dinâmica populacional no campo, recorreremos aos dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Referente a população total de Manaus, utilizamos as informações do ano de 2022. Contudo, a divisão entre população rural e urbana ainda não se encontra no último censo. Por esse motivo, as análises da população do campo vão até 2010.

No que se refere às escolas ribeirinhas, a localização e quantidade de alunos são disponibilizadas virtualmente pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus. A partir desses dados, foram elaborados mapas no software QGIS 3.22.16.

Por fim, as taxas de abandono estão disponíveis no Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nessa base de dados, utilizamos o recorte municipal entre 2007 e 2022, que são os anos disponíveis e organizados até o momento.

Além disso, selecionamos também as escolas ribeirinhas de Manaus, pois a localização do censo escolas divide-se em rural e urbana, não fazendo distinções entre ribeirinha e rodoviária. No decorrer da série histórica, consideramos somente as instituições com dados disponíveis, pois

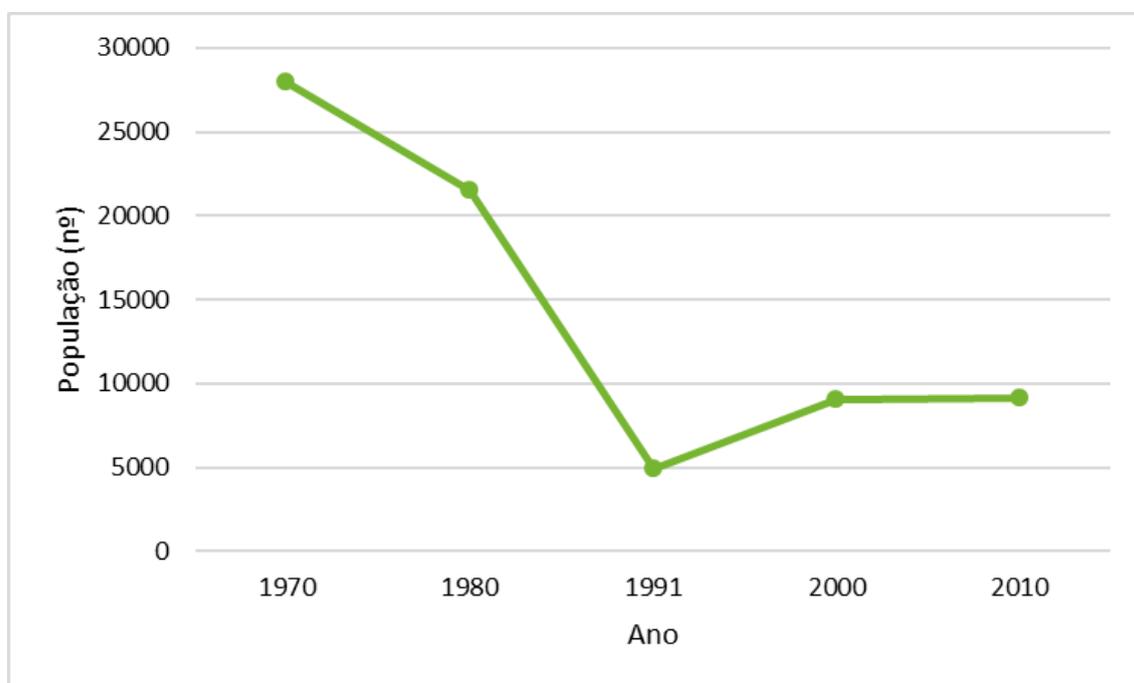
algumas escolas não possuem informações ou só aparecem em levantamentos mais recentes (principalmente as indígenas).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MANAUS: A POPULAÇÃO RIBEIRINHA E A ESCOLA

De todas as escolas de Manaus, por que falar de educação do campo se a maioria das pessoas vivem na cidade? Em Manaus, como na maioria dos lugares, a população urbana é maior e está crescendo.

A Figura 1 não nega o crescimento populacional na cidade de Manaus. Contudo, o aumento da população urbana pode nos levar a inferir a redução em linha reta da população do campo, o que é falso (pelo menos no caso de Manaus).

Figura 1. Quantitativo da população rural em Manaus-AM.



Fonte: IBGE, acesso 9 de fevereiro de 2024; autores (elaboração), 2024.

Atualmente, segundo o censo demográfico do IBGE de 2022, a população de Manaus é de 2.063.689 (IBGE, acesso 24 de março de 2024). Até o momento, não há dados separando população rural e urbana no ano de 2020. Para contextualizarmos, faremos algumas comparações com base no censo anterior.

Em 2010, os residentes em áreas rurais correspondiam a pouco mais de 0,5% da população total. Contudo, considerando que na época a cidade possuía 1.792.881 de habitantes, a população do campo somava mais de nove mil (SIDRA, 9 de fevereiro de 2024).

Essa descrição apresenta população do campo em geral, às margens dos rios e das rodovias. Ambas protagonizaram a saída da área rural para a cidade, movimento acentuado entre as décadas de 70 e 80. Esse fenômeno ocorreu devido a instalação da Zona Franca de Manaus (1967), ocasionando um êxodo rural.

No contexto ribeirinho, nosso interesse, o êxodo rural foi acentuado por cheias vazantes e atípicas. Na década de 70, a cheia atingiu 28m, enquanto a vazante não baixou para o nível esperado (CRUZ, 2007, 57 p.)

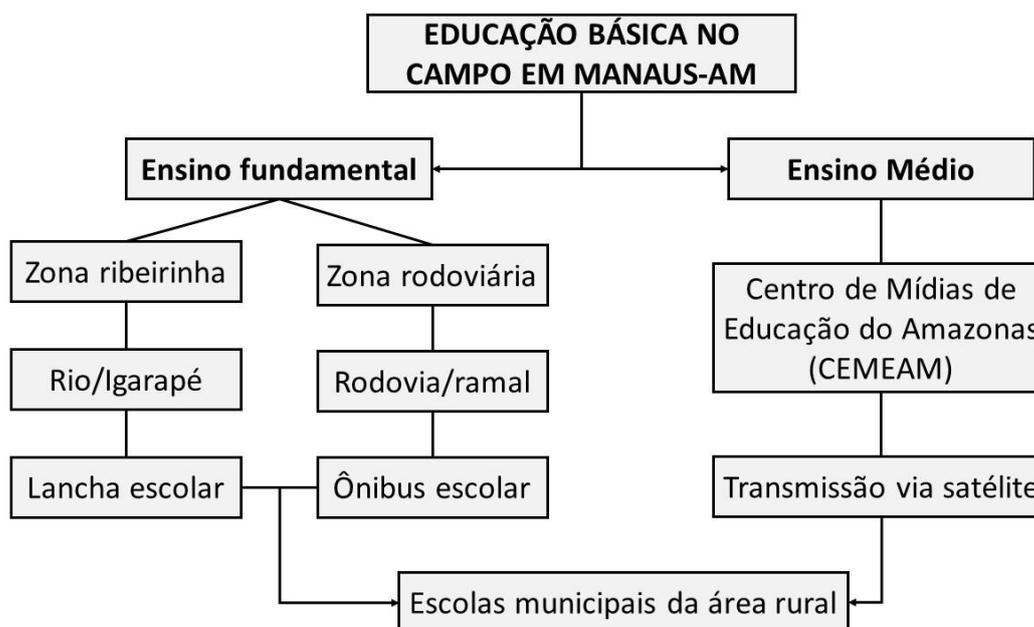
Com isso, o cultivo na várzea (porção de terra fértil depositada pelo rio) ficou inviável. O plantio nesses locais depende da redução dos níveis do rio, que deixa o solo fértil exposto. Com as terras submergidas, o aparente brilho da atividade fabril ficou ainda mais luminoso.

Ao chegar na cidade, a prosperidade não brilhou para todos. Os que não foram excluídos nas favelas retornaram ao campo, ocasionando o aumento populacional na década de 90 e estabilização entre 2000 e 2010.

Essa fixação não seria possível sem o acesso à direitos fundamentais fora do centro urbano de Manaus. Dentre esses direitos, nos interessa a educação básica. Como ocorre esse acesso na área rural de Manaus?

Resumidamente, a rede de educação da área de Manaus-AM possui a seguinte organização (Figura 2):

Figura 2. Fluxograma da educação básica na área rural de Manaus-AM.



Fonte: autores (elaboração).

A partir da Figura 2, nota-se parte das formas espaciais que a escola mobiliza para que possa existir. Mesmo a escolarização sendo comum na maior parte do mundo, ela se encaixa e modifica o espaço já existente, assumindo formas específicas em cada lugar.

No contexto rural de Manaus, o encontro de pessoas é mediado por rodovias, ramais, portos, lanchas e até câmeras, computadores e satélites para a mediação tecnológica do ensino médio. No ensino fundamental, os estudantes percorrem caminhos que podem ser interrompidos pelas chuvas.

No ramal não asfaltado, a chuva dificulta a circulação dos ônibus. Nos rios, foco desse texto, a redução das chuvas com o período de estiagem entre os meses de agosto e outubro impede que as lanchas cheguem nas comunidades, especialmente as mais distantes do rio principal.

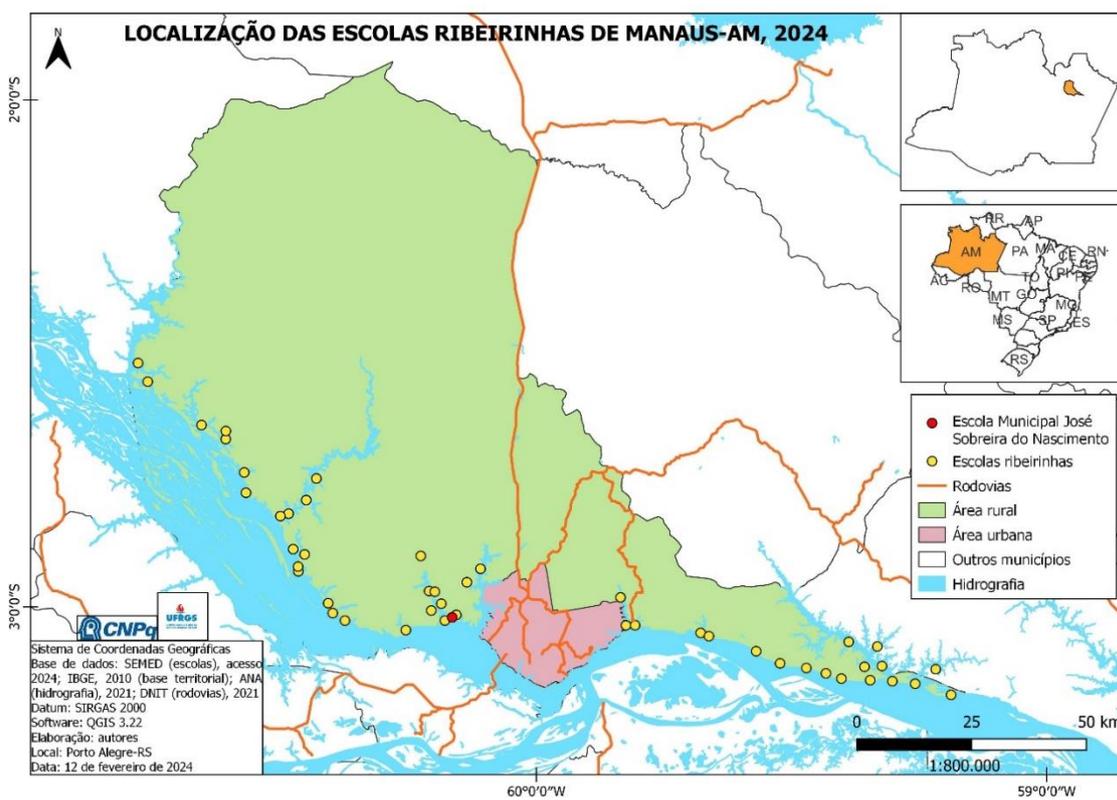
Enquanto a cheia submerge as plantações e limita a circulação aos que possuem embarcação própria.

No ensino médio, a interrupção depende de outros fatores: energia elétrica, internet e equipamentos eletrônicos. Nesse caso, os estudantes que não vão para a área urbana deslocam-se até as escolas municipais (geralmente à noite) para assistir e eventualmente participar (a depender da disponibilidade de fone, microfone, webcam) das aulas que são gravadas no Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), na cidade de Manaus. Não há, portanto, escolas estaduais nas áreas rurais de Manaus.

Além dos mapeamentos, o artigo contém entrevistas com professores do CEMEAM das disciplinas de História e Química. O relato da professora de História, que se autodenominava “filha do interior” (DOZA e NOGUEIRA, 2024, 334 p.) foi muito marcante, já que o ensino mediado por tecnologia possibilitava a realização do sonho de dar aula no interior sem sair da cidade de Manaus.

Apesar da relevância dessa temática, nosso espaço de investigação são as escolas ribeirinhas e o ensino fundamental (Figura 3):

Figura 3. Mapa de localização das escolas ribeirinhas de Manaus-AM.



Na Figura 3, a localização da escola permite visualizar a própria dinâmica de ocupação da Amazônia. Ao periodizar a rede urbana da região, Roberto Corrêa (1987) demonstra que a origem dos núcleos urbanos dispersos às margens dos rios ocorreu para escoar os excedentes de especiarias no século XVII e XVIII, e de borracha no século XIX e XX (CORRÊA, 1987). Essa herança afeta não só os núcleos urbanos, mas os núcleos populacionais no geral.

Ao chegar nesses lugares, uma das primeiras necessidades é a construção de uma escola. Milton Santos (2004, 157 p.), ao falar das ideias de George Kubler acerca do valor dos objetos, fala da

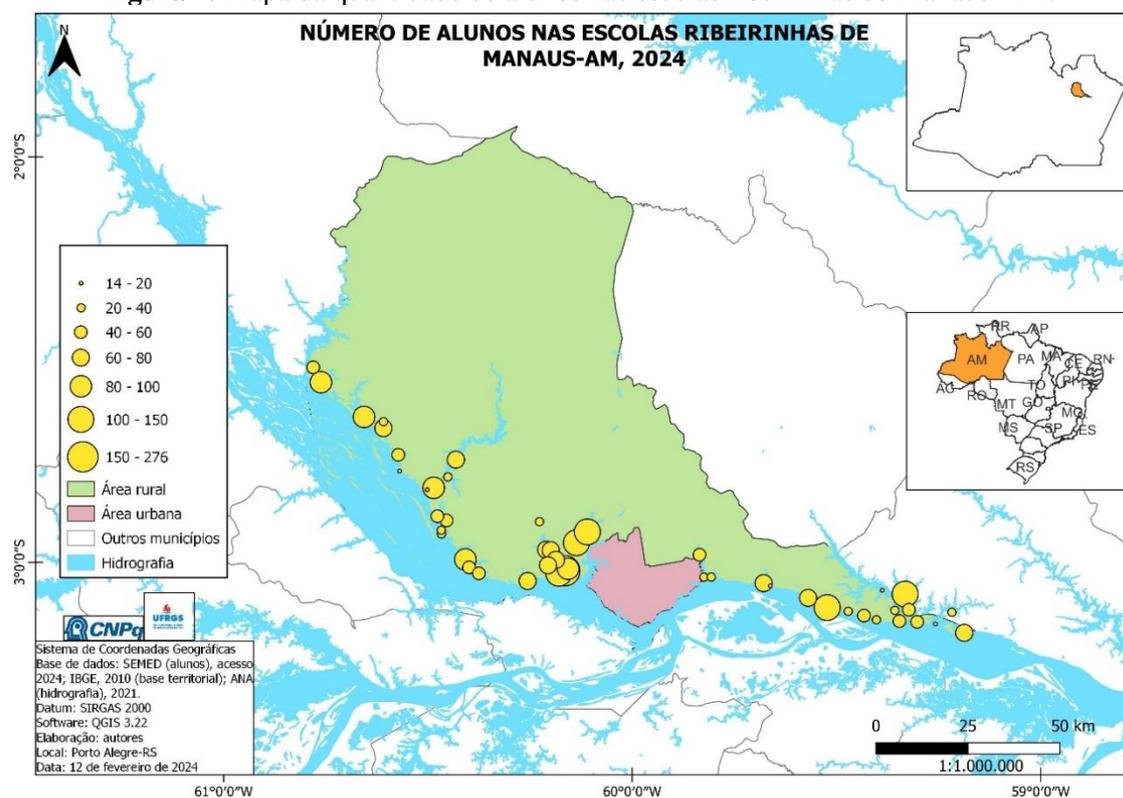
noção de sequência na produção do espaço. Nesse sentido, o objeto não possui somente um valor em si, mas também em seu uso nos lugares.

Nas comunidades ribeirinhas, a sua indispensabilidade coexiste com associação de moradores/produtores, campos de futebol, igrejas e postos de saúde (em algumas comunidades). A imagem 3 mostra a existência de escolas em lugares sem elementos comuns a nós, na área urbana, como asfalto, banco, tribunal e cartório, tornando a escola uma forma espacial quase universal, mas assumindo peculiaridades ao se instalar em determinados lugares.

Uma vez construída, a presença da escola muda o cotidiano das pessoas que, por sua vez, o trazem para a sala de aula. Com a presença da instituição, morar perto ou longe passa a ser relevante. Ter canoa, rabeta (canoa motorizada), bicicleta ou moto para deixar o filho passa a ser uma necessidade.

Para pensarmos em estratégias de acesso à educação formal, além da localização das escolas, a quantidade de alunos nos revela o protagonismo das escolas nas comunidades ribeirinhas (Figura 4):

Figura 4. Mapa da quantidade de alunos nas escolas ribeirinhas de Manaus-AM.



Fonte: autores (elaboração).

A Figura 4 permite constatar uma obviedade: quanto mais perto da área urbana, maior o número de alunos. Contudo, ao observamos o extremo leste do município, vemos que a existência de escolas com quantidades numerosas de estudantes. Isso pode ocorrer tanto pelo adensamento populacional no interior das comunidades quanto pela proximidade com outros municípios (Careiro da Várzea, por exemplo).

As escolas com os menores números de estudantes concentram-se nas instituições indígenas, que possuem uma outra dinâmica que não será abordada aqui. Contudo, a escola com a menor

quantidade de alunos (14) é uma escola ribeirinha. Esses números (aparentemente abstratos) manifestam-se no cotidiano por meio da existência de turmas multisseriadas.

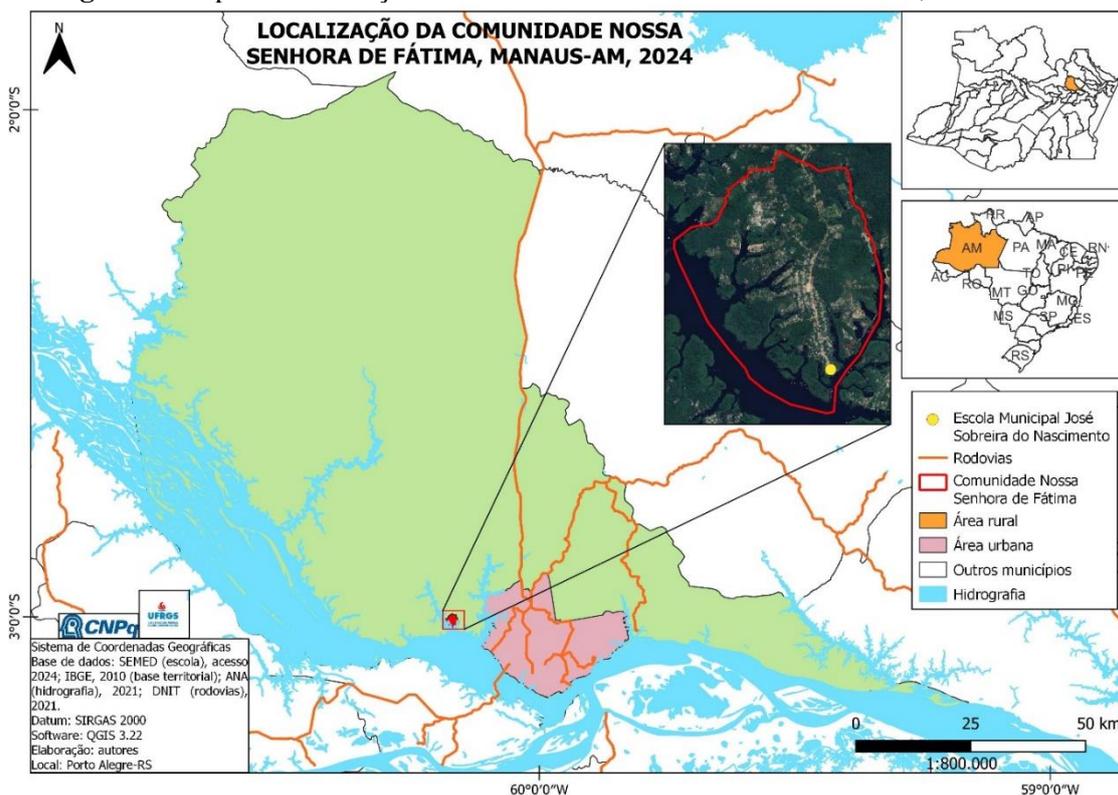
Diante dessas descrições, foi possível contextualizar o acesso ao ensino fundamental nas escolas ribeirinhas de Manaus conforme as particularidades do município e a organização de sua gente. Dentre elas, destacamos a grandiosidade populacional e territorial no campo e a dispersão ao longo do rio em contextos ribeirinhos.

Contudo, a representação do espaço no mapa não contempla as mudanças decorrentes da cheia e vazante e os efeitos em cada comunidade. Como estudo de caso, apresentamos as reflexões acerca da Comunidade Nossa Senhora de Fátima.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA: REPERCUSSÕES DA CHEIA E VAZANTE NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ SOBREIRA DO NASCIMENTO

A comunidade em questão localiza-se na Bacia do Tarumã-Mirim, numa localidade próxima à área urbana de Manaus (Figura 5):

Figura 5. Mapa de localização da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Manaus-AM.



A criação da comunidade remonta a década de 60 do século XX. Sua construção foi iniciada por uma família que saiu de Coari, no interior do Amazonas, para Manaus. No novo lugar, alojam-se na “cidade flutuante”, ocupação entre 1920 e 1967 caracterizadas por casas sobre o rio que foram retiradas devido às condições de saneamento básico e, principalmente, a má estética da pobreza.

A construção “cidade flutuante” foi motivada pela crise da borracha, em 1920. Apesar da ausência de um governo municipal, a “cidade” contava com restaurante, consultório

odontológico, oficina de barco e outros serviços que dispensavam a ida a terra firme (SOUZA, 2010).

Seu crescimento demográfico permaneceu ignorado até a década de 60, quando já contava com mais de doze mil pessoas (SOUZA, 2010). Nesse momento, o governo estadual começou a realizar levantamentos oficiais para solucionar o que era um problema para eles.

Em 1961, governador Gilberto Mestrinho requereu verbas federais para a construção de casas populares (SOUZA, 2010). Em 1966, já na ditadura de Castelo Branco e no governo estadual de Arthur Cezar Ferreira Reis, o início da destruição da “cidade flutuante” ficou evidente na redução do número de residências (SOUZA, 2010).

O governador em questão foi eleito pela Assembleia Legislativa após a deposição de Plínio Coelho. Na época, Arthur Cezar Ferreira Reis já era um intelectual consolidado, egresso da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

O desalojamento das famílias foi concluído em 1967, na gestão estadual de Danilo Areosa. Na época, o governador foi uma indicação do presidente Castelo Branco e do governador Arthur Cezar Ferreira Reis.

É nesse contexto ditatorial e de contínuas tentativas de fixação que Nelson Gonçalves e sua família encontraram as terras de José Sobreira do Nascimento, homenageado na denominação da escola (TELES, 2017). O proprietário, que precisava de mão de obra, permitiu, com certa resistência, aos trabalhadores delimitarem os lotes, cadastrar as famílias e distribuir as terras para garantir educação, religião e esporte sem precisar ir à área urbana de Manaus (TELES, 2017).

Dentre os direitos conquistados, o que nos interessa é a educação. Atualmente, o principal espaço é a Escola Municipal José Sobreira do Nascimento (Figura 6):

Figura 6. Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Manaus-AM.



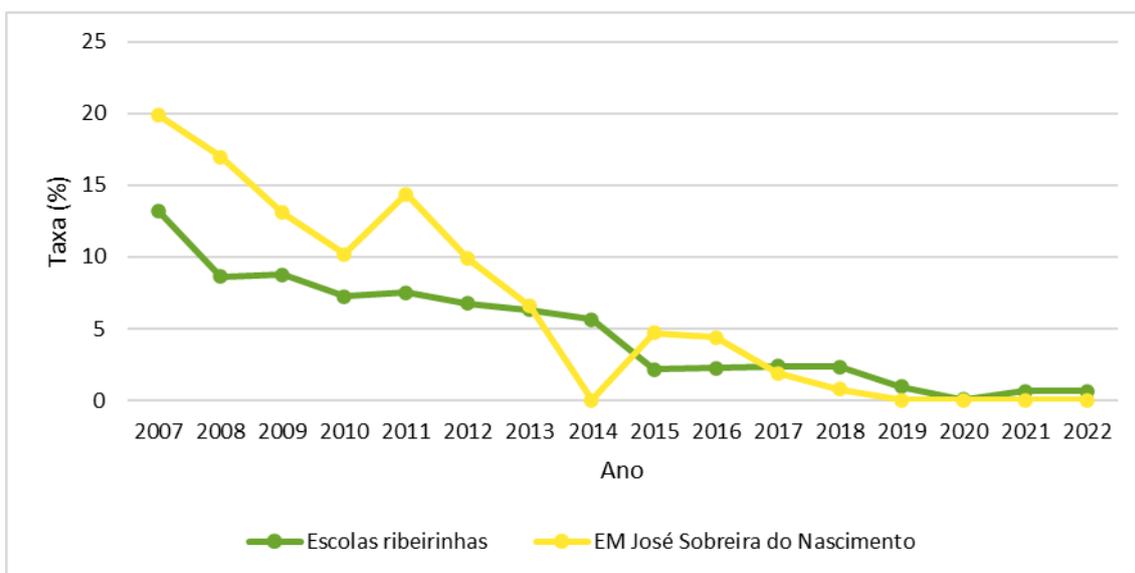
Fonte: acervo pessoal, 25/08/2021.

Na imagem 6, além da escola destacam-se também ao fundo o rio Tarumã-Mirim, o porto flutuante e alguns veículos particulares. No porto da comunidade, é possível acessar serviços de transporte de carro, moto e até van (kombi), uma vez que as casas são distantes.

Dessas possibilidades de deslocamento, o que nos interessa é a ação cotidiana de ir à escola. Por esse motivo, buscamos informações sobre a interrupção desse ato nas taxas de abandono e a relação com a dinâmica do Rio Negro.

Nas escolas ribeirinhas de Manaus e na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento obtivemos os seguintes resultados (Figura 7):

Figura 7. Taxa de evasão nas escolas ribeirinhas de Manaus e na Escola Municipal José



Sobreira do Nascimento.

Fonte: INEP, 2007 a 2022 (acesso 15 de fevereiro de 2024); Porto de Manaus (acesso 26 de outubro de 2023); autora (elaboração), 2024.

Evidentemente, a evasão escolar não é um fenômeno exclusivo das escolas do campo. Nas escolas da área urbana, em 2022, a taxa foi de 1,2% (INEP, acesso 15 de fevereiro de 2024), bem próxima a das escolas rurais.

Nosso objetivo aqui, portanto, não é explicar as causas do abandono escolar. A partir dessa informação, traçamos relações com o tempo cíclico ocasionado pelas vazantes e cheias. O primeiro refere-se ao momento de baixa das águas em decorrência da diminuição de chuvas, dificultando o acesso às comunidades.

A cheia, por sua vez, faz com que parte dos municípios fiquem submersos. Geralmente, o primeiro ocorre entre abril e setembro, enquanto a cheia inicia entre outubro e março. Por conta disso, nas instituições do Rio Negro, por exemplo, as atividades do ano letivo ocorrem do dia nove de janeiro à dezessete de outubro.

Na imagem 7, as médias das escolas ribeirinhas de Manaus apresentam um cenário de redução progressiva da taxa de abandono. Contudo, quando comparamos com os dados na escala comunitária, fica evidente os sobressaltos na aparente linearidade.

Para entendermos os extremos que podem ter influenciados nas taxas de abandono, a máxima registrada até hoje é de 30,02m (2021) na cheia e 12,70m (2023) na vazante (PORTO DE

MANAUS, acesso 26 de outubro de 2023). Na imagem 7, destacam-se dois anos com um pico de abandono: 2011 e 2015. O que aconteceu nesses anos?

Em 2011, a cheia atingiu 28,62m e a vazante 16,76m. Já em 2015, os valores são 29,66m na cheia e 15,92m na vazante. Esses dados de subida dos níveis das águas do Rio Negro aproximam-se do máximo já registrado (30,02m). Além disso, em 2010, houve uma vazante histórica, registrando 13,63m, o que pode ter influenciado na evasão do ano seguinte.

No que se refere ao acesso à escola, Sidiney Glória (2012) afirma que a instituição José Sobreira do Nascimento é acessível a maior parte do ano. Conforme a fotografia da imagem 6, a escola não é flutuante, pois se encontra fora da planície de inundação.

O porto, por sua vez, também não corre perigo, pois esse sim é flutuante e acompanha a dança do rio. Ainda assim, as cheias afetam o caminho dos estudantes nas suas geografias fora da sala de aula.

Em 2021, houve a maior cheia até o momento, enquanto a vazante mais severa ocorreu em 2023. Mesmo assim, não verificamos o aumento da taxa de abandono nas escolas ribeirinhas de Manaus e na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento.

Isso se deve principalmente ao recurso do ensino remoto em casos extremos, como ocorreu no período da pandemia e na vazante atípica de 2023. Nesse caso, a preocupação passa a ser a mesma do ensino médio: energia elétrica, internet e equipamentos eletrônicos.

A partir dessa exposição, foi possível verificar que o ato de ir à Escola Municipal José Sobreira do Nascimento foi reduzido nos períodos de cheia, fato que difere dos dados gerais do município. Diante disso, nota-se que essa ação cotidiana e automática de ir à escola é modificada por esse tempo regional.

Ao ir à escola, o estudante usa e constrói espaços. Essa criação inclui-se numa sociedade e natureza preexistentes. Afinal, as cheias e vazantes atípicas não são novidades, bem como a navegação. Mesmo assim, a organização já consolidada recebe a novidade do motor da lancha escolar e do concreto do prédio da escola para viabilizar os caminhos até a instituição.

Nessa integração novos e antigos, mostramos a relação entre os aspectos naturais e sociais e suas repercussões no ato de ir à escola. A primeira refere-se principalmente à cheia e vazante, enquanto o segundo manifesta-se no êxodo rural e nas ocupações às margens dos rios.

A partir desse último tópico, apresentamos alguns fatores que influenciam na interrupção do ato de ir à escola, onde e quando aconteceu. Na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, a cheia, mesmo não submergindo a Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, fez desaparecer parte de seus estudantes, especialmente em 2011 e 2015. Contudo, o levantamento de dado não revela o motivo da evasão.

Não buscamos, no entanto, essa resposta, mas sim o registro do contexto espacial do cotidiano desses estudantes. Afinal, a cotidianidade não se refere somente ao “quando”, mas também ao “onde” das particularidades.

No caso do contexto ribeirinho, a ação humana passa pela organização territorial precedente caracterizada pela proximidade com o rio, tornando os eventos de cheia e vazante influente no cotidiano das pessoas. No âmbito escolar, buscamos mostrar essa relação não só na informação estável que é a localização da escolar, mas também no dinamismo corriqueiro que é chegar até lá a partir das mudanças da taxa de abandono entre 2007 e 2022.

Essas geografias cotidianas, mesmo ocorrendo fora da sala de aula, são criadas para acessar o espaço escolar, fazendo com que o aluno leve consigo suas observações e imaginações acerca do caminho. A partir desse levantamento, buscamos sensibilizar nosso olhar para mirar uma sala de aula e nos indagarmos de onde, como e por quais motivos os alunos chegaram até lá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, nossas dúvidas desaguararam nos contextos de Manaus e da Comunidade Nossa Senhora de Fátima acerca da educação do campo e, mais precisamente, das escolas ribeirinhas. Para contextualizar o acesso ao ensino fundamental nessas instituições em Manaus e verificar como o tempo cíclico interfere no cotidiano da Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, recorreremos principalmente aos mapas.

Essa forma de representação do espaço possibilita localizar o contexto. Com isso, ressaltamos que as particularidades dos cotidianos se dão não só pela época, mas também pelos lugares, ou seja, essa porção menor do espaço onde os processos gerais assumem formas únicas.

O processo geral nesse caso é o ensino fundamental. Nos lugares representados, mostramos a concentração da área urbana, as vias (rio extenso e escassas estradas), o espalhamento das escolas e a quantidade de alunos.

No primeiro caso, destaca-se o tamanho reduzido da área urbana frente a grandiosidade do município. Contudo, se tratando de Amazônia, é uma área enorme, fazendo com que a “pequena” mancha rosa, com mais de 400km², seja a maior área urbana das regiões Norte e Nordeste.

Além dos mapas, os gráficos e os números também podem esconder essa magnitude. A população do campo de Manaus, em 2010, correspondia a menos de 1% da população total, mas o quantitativo é maior que a atual população de Japurá (IBGE, acesso 28 de março de 2024), outro município do Amazonas.

No cotidiano dessa população, cheia e vazante são recorrentes e não se restringem aos eventos extremos apontados no texto. No calendário escolar das instituições do Rio Negro, por exemplo, as aulas vão de janeiro a outubro e sem recesso no meio do ano. Nesse caso, há uma negociação entre a especificidade do tempo cíclico e a abstração do tempo estatal.

Os caminhos dos estudantes e as interrogações acerca do tema guiaram nossos caminhos metodológicos. A partir da descrição e da interpretação, esperamos que você, leitor, possa acessar informações sobre o seu lugar, ou mesmo propor outras interpretações para esse estudo de caso.

Ao final dessa escrita ainda inconclusa, principalmente por se tratar de uma pesquisa em andamento, contamos com a profícua relação de ler outros e sermos lidos. A partir dos trabalhos sobre outros lugares, não encontro soluções para minha realidade, mas repenso o espaço ao meu redor.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPQ), pela concessão de bolsa de mestrado que possibilita viver um pequeno-grande privilégio de receber para estudar num país onde tantos ainda lutam por comida e teto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela formação continuada.

Ao meu orientador, por aceitar se perder comigo.

À Universidade Federal do Amazonas, pela Licenciatura em Geografia.

Ao Grupo de Estudo de Epistemologia da Geografia na Amazônia (GEEGA), pelos debates enriquecedores..

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Massa d'Água. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dGMR0>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

CAMPOS, Iolanda. Territórios conectados pela Educação à Distância no Amazonas. 2011. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Periodização da rede urbana na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n° 3, p. 39-68, 1987.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE (DNIT). VGeo (Rodovias Federais e Estaduais). Disponível em: <https://servicos.dnit.gov.br/vgeo/>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

DOZA, Bianca da Silva; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fluxos (I)materiais do transporte fluvial e da transmissão via satélite nas escolas de Manaus (AM): o ensino fundamental e médio às margens do rio. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 25, n. 97, p. 322–337, 2024.

GLÓRIA, Sidiney Araújo. Estudos hidrológicos como subsídio para a melhoria do acesso aos alunos do ensino fundamental a escolas ribeirinhas na Bacia do Tarumã-Mirim, Manaus/AM. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Organização do território (base territorial). Disponível em: <https://shre.ink/r5GQ>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidade. Japurá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/japura/panorama>. Acesso em: 28 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População Residente, Área territorial e Densidade demográfica – 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>. Acesso em: 24 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 202 – População residente por sexo e situação de domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 09 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 4709 – População residente, variação absoluta de população residente e taxa de crescimento geométrico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4709>. Acesso em: 09 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Taxa de Rendimento Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>. Acesso em: 15 fev. 2024

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. *Climatologia: noções básicas e climas do brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

PORTO DE MANAUS. Nível do Rio Negro. Disponível em: <https://n9.cl/q1krq>. Acesso em: 26 out. 2023.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS (SEMED). Unidade Administrativa. Disponível em: <https://abrir.link/Ycb3R>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUZA, Leno. A “cidade flutuante” de Manaus: rediscutindo conceitos. *Revista Aedos*, vol. 3, n. 6, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12507>. Acesso em: 29 mar. 2024.

TELES, Gilmar Araújo. As relações de poder no processo da organização sociopolítica na comunidade Nossa Senhora de Fátima. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.